

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 30 de junho de 2017 o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$1.617 milhões (30/06/2016 - R\$1.493 milhões). O lucro líquido apresentado no primeiro semestre de 2017 foi de R\$238 milhões (30/06/2016 - R\$79 milhões).

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2017, os ativos totais atingiram R\$34.388 milhões (30/06/2016 - R\$30.276 milhões). Desse montante, destacamos, R\$28.205 milhões (30/06/2016 - R\$24.633 milhões) que são representados

por operações de crédito e R\$3.354 milhões (30/06/2016 - R\$3.135 milhões) que são representados por aplicações interfinanceiras de liquidez.

Em 30 de junho de 2017, o montante de depósitos interfinanceiros foi de R\$30.220 milhões (30/06/2016 - R\$26.706 milhões).

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 23 de agosto de 2017.

A Diretoria

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado		Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado		Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado	
Nota	30/06/2017	30/06/2016	Nota	30/06/2017	30/06/2016
Ativo Circulante	16.829.188	15.476.934	Passivo Circulante	18.488.257	16.732.767
Disponibilidades	48.992	48.992	Depósitos	17.416.037	15.839.263
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.011.406	1.061.844	Depósitos à Vista	13.845	9.065
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.011.406	1.061.844	Depósitos Interfinanceiros	17.e	17.402.192
Títulos e Valores Mobiliários	126.261	122.384	Outras Obrigações	1.072.220	893.504
Carteira própria	126.261	122.384	Socraça e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	18.519	12.380
Relações Interfinanceiras	5.330	2.481	Cobrança e Estatutárias	5.068	5.627
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central	5.330	2.481	Fiscais e Previdenciárias	13	177.496
Operações de Crédito	13.053.393	11.854.724	Diversas	14	871.137
Setor Privado	13.053.393	11.854.724	Passivo Exigível a Longo Prazo	14.282.681	12.050.342
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(321.153)	Depósitos	12.817.936	10.875.795
Outros Créditos	2.518.494	2.301.570	Depósitos Interfinanceiros	17.e	12.817.936
Rendidas a Receber	27.785	19.484	Outras Obrigações	1.464.745	1.174.547
Créditos Tributários	7	427.632	Fiscais e Previdenciárias	13	22.603
Diversos	8	2.101.877	Diversas	14	1.442.142
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(38.800)	Total do Passivo	34.387.623	30.275.870
Outros Valores e Bens	9	57.384			
Despesas Antecipadas	9	57.384			
Ativo Realizável a Longo Prazo	16.749.980	14.149.081			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	17.e	2.342.290			
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	17.e	2.342.290			
Títulos e Valores Mobiliários	5	357.784			
Carteira própria	5	357.784			
Operações de Crédito	12.122.265	9.849.123			
Setor Privado	6	12.122.265			
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(2.580.859)			
Outros Créditos	1.882.689	1.806.391			
Créditos Tributários	7	1.109.648			
Diversos	8	846.872			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(73.831)			
Outros Valores e Bens	9	44.952			
Despesas Antecipadas	9	44.952			
Permanente	808.455	649.855			
Investimentos	10	749.942			
Participações em Controladas - No País	10	749.942			
Ágio	10	58.447			
Imobilizado de Uso	11	22.043			
Imobilizado de Uso	11	22.043			
(Depreciações Acumuladas)	11	(54.097)			
Intangível	12	36.470			
Ativos Intangíveis	12	36.470			
(Amortizações Acumuladas)	12	(109.475)			
Total do Ativo	34.387.623	30.275.870	Total do Passivo	34.387.623	30.275.870

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Próprios	Coligadas e Controladas		
Saldos em 31 de Dezembro 2015	726.561	84.576	990.047	-	9	-	1.801.193
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	12.978	(64)	-	12.914
Dividendos com base na Reserva para Reservas Estatutárias	16.b	-	(400.000)	-	-	(400.000)	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	78.654	78.654
Reserva Legal	16.c	3.932	-	-	-	(3.932)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	16.c	-	37.361	-	-	(37.361)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.c	-	37.361	-	-	(37.361)	-
Saldos em 30 de Junho 2016	726.561	88.508	664.769	12.978	(55)	-	1.492.761
Saldos em 31 de dezembro 2016	726.561	87.203	530.391	20.383	(24)	-	1.364.514
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	14.437	17	-	14.454
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	237.717	237.717
Reserva Legal	16.c	11.885	-	-	-	(11.885)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	16.c	-	112.916	-	-	(112.916)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.c	-	112.916	-	-	(112.916)	-
Saldos em 30 de Junho 2017	726.561	99.088	756.223	34.820	(7)	-	1.616.685

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto social a realização de operações de crédito, financiamento e empréstimo em geral, incluindo, mas não se limitando, financiamento para capital de giro e para aquisição de bens e serviços, e demais atividades permitidas pela legislação e regulamentação em vigor. As operações da Aymoré CFI são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Aymoré CFI, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotados nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não reconhecidas pelo Bacen.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, conforme nota 3.o.

A Aymoré é controlada pelo Banco Santander Brasil S.A. (Banco Santander), investimentos estes que totalizam o equivalente à 100% do capital social da Aymoré (Nota 17.c). O Banco Santander, foi consultado e não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela controladora.
O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 na reunião realizada em 11 de agosto de 2017.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Aymoré CFI.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida.

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas
A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, a Aymoré CFI efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não do risco.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vencendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

h) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

h.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários
Considerando-se o contido na Resolução CMN 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da origemação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas. A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:

a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença avaliada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor;

b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença avaliada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e

c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

A Aymoré está utilizando essa prerrogativa.

Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devem ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos sobre as comissões pagas até dezembro de 2014.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deverá ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

i) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

i.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

i.2) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

i.3) Intangível

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logotipos são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos. O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

j) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A Aymoré CFI é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes são reavaliados em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidos ou reduzidos quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 15.g) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras (Nota 15.a).

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

k) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Aymoré CFI de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Aymoré CFI como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente no balanço patrimonial como outras obrigações - diversas.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 25. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os beneficiários venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, a Aymoré aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

l) Remuneração Baseada em Ações

Liquidação em Ação
São referentes a opções de compra de ações do Banco Santander promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. As quantidades de ações concedidas aos executivos variam de acordo com determinados parâmetros de desempenho.

Liquidação em Dinheiro

No início do plano, é efetuada uma estimativa da quantidade provável de ações "hipotéticas" que serão recebidas pelos executivos. É apurado o valor justo das ações "hipotéticas" e registrado ao longo do período de vigência de cada ciclo uma provisão em outras obrigações em contrapartida com a despesa de pessoal.

m) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo.

As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargamento do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização (15% até agosto de 2015) e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

7. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	30/06/2017			30/06/2016		
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2017	Constituição	Realização
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	796.340	250.008	(147.708)	898.640	-	-
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis e Administrativas - Ações Cíveis	63.004	22.795	(9.945)	75.854	-	-
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	445.087	35.920	(14.800)	466.207	-	-
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Administrativas - Ações Trabalhistas	50.593	19.226	(4.073)	65.746	-	-
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	8.853	9.344	(9.065)	9.132	-	-
Outras Provisões Temporárias	32.118	-	(3.735)	28.383	-	-
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.389.313	337.293	(189.326)	1.537.280	-	-
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	75.814	-	(75.814)	-	-	-
Total dos Créditos Tributários Circulante	1.465.127	337.293	(265.140)	1.537.280	-	-
Total dos Créditos Tributários de Longo Prazo	1.077.075	-	-	1.077.075	-	-
Saldo em 31/12/2016	642.277	258.150	(119.966)	780.461	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	642.277	258.150	(119.966)	780.461	-	-
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis e Administrativas - Ações Cíveis	48.314	2.643	(1.974)	48.983	-	-
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	448.943	24.830	(140)	473.633	-	-
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Administrativas - Ações Trabalhistas	25.588	5.121	(82)	30.627	-	-
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	12.234	10.006	(13.477)	8.763	-	-
Outras Provisões Temporárias	13.124	7.019	-	20.143	-	-
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.190.480	307.769	(135.639)	1.362.610	-	-
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	149.170	-	(75.461)	73.709	-	-
Total dos Créditos Tributários Circulante	1.339.650	307.769	(211.100)	1.436.319	-	-
Total dos Créditos Tributários de Longo Prazo	998.182	-	-	998.182	-	-

A Aymoré não possui créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2017 e de 2016.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	30/06/2017			30/06/2016			
	Diferenças Temporárias	IRPJ	CSLL	Total Registrado	Diferenças Temporárias	IRPJ	CSLL
2017	119.084	95.908	214.992	429.984	119.084	95.908	214.992
2018	235.556	189.726	425.282	850.564	235.556	189.726	425.282
2019	473.210	282.122	755.332	1.510.664	473.210	282.122	755.332
2020	88.103	52.864	140.967	302.033	88.103	52.864	140.967
2021	230	138	368	736	230	138	368
2022 a 2024	-	-	-	-	-	-	-
2025 a 2026	212	127	339	678	212	127	339
Total	916.395	620.885	1.537.280	4.537.280	916.395	620.885	1.537.280

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$1.368.949 (30/06/2016 - R\$1.235.542), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

8. Outros Créditos - Diversos

	30/06/2017	30/06/2016
Devedores por Depósitos em Garantia	2.249.529	2.133.442
Para Interposição de Recursos Fiscais	465.274	418.189
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	44.648	41.360
Outros	94.988	107.643
Impostos e Contribuições a Compensar	80.234	35.347
Valores a Receber - Subsídio de Taxa de Equalização de Financiamento	3.443	9.808
Adiantamentos Salariais	4.648	5.124
Outros	6.075	4.892
Total	2.948.749	2.755.805
Circulante	2.101.877	1.948.227
Longo Prazo	846.872	807.578

9. Outros Valores e Bens

Referem-se, substancialmente, a despesas antecipadas referente a comissões de agenciamentos.

10. Participações em Controladas

	30/06/2017		30/06/2016	
	Quantidade de Ações Possuídas (Mil)	Participação	Quantidade de Ações Possuídas (Mil)	Participação
Investimento	Atividade	Ordinária	Atividade	Ordinária
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (Super) ⁽¹⁾	Instituição de Pagamento	40.000	100,00%	-
Banco Olé Bonsucesso	Banco	227.106	60,00%	-
Consignado S.A. (Olé Consignado) ⁽²⁾	Banco	105	50,00%	-
Banco PSA Finance Brasil S.A. (Banco PSA) ⁽³⁾	Banco	-	-	-
Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Prejuízo	Resultado da Participação	Patrimônio Líquido
30/06/2017	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Super ⁽¹⁾	16.121 (3.448)	16.349 24.920	4.699 (3.222)	4.699 (3.222)
Olé Consignado ⁽²⁾	706.452 33.587	423.871 362.188	20.153 (5.268)	20.153 (5.268)
Banco PSA ⁽³⁾	292.454 16.340	146.227 16.340	8.170 -	8.170 -
Total	586.447	387.108	23.624	(6.690)
por Equivalência Patrimonial	586.447	387.108	-	-
Ágio - Super ⁽¹⁾	95.079	107.951	-	-
Ágio - Olé Consignado ⁽²⁾	67.344	79.877	-	-
Ágio - Banco PSA ⁽³⁾	1.072	-	-	-
Total dos Investimentos	749.942	574.936	-	-

⁽¹⁾ Em maio de 2017, foi aprovado pelo Bacen o processo de autorização para funcionamento da Sociedade como Instituição de Pagamento.

⁽²⁾ Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 1 de novembro de 2016, foi aprovado o aumento do capital social do Olé Consignado de R\$50.000, passando o capital social das ações R\$350.000 para R\$400.000, mediante a emissão de 28.509.708 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O processo da alteração do capital social foi aprovado pelo Bacen em 22 de novembro de 2016.

⁽³⁾ Investimento adquirido em 1 de agosto de 2016 (Nota 26.b).

a) Aquisição da Super Pagamentos

Em março de 2016, a Aymoré exerceu a sua opção de compra dos 50% restante, a alocação do preço foi concluída em 30 de novembro de 2016.

	30/06/2017		30/06/2016	
	Vida Útil Estimada	Valor	Vida Útil Estimada	Valor
Mais Valia dos Ativos Intangíveis na Avaliação do Ágio:				
Relacionamento com Clientes	4 anos	14.173	4 anos	14.173
Marca	5 anos	4.181	5 anos	4.181
Acordo de Não Competição	5 anos	646	5 anos	646
Mais Valia Tecnológica (Ativo Intangível)	5 anos	4.800	5 anos	4.800
Write Off (Ativo Intangível)	-	(2.015)	-	(2.015)
Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura	10 anos	77.700	10 anos	77.700
Contraprestação transferida em troca do controle da adquirida (50%)		113.163		113.163

b) Movimentação dos Investimentos

	30/06/2017		30/06/2016	
	Banco PSA	Super	Olé Consignado	Total
Valor Contábil dos Investimentos em 31 de dezembro de 2016	138.057	122.547	479.247	739.851
Dividendos	-	-	(1.935)	(1.935)
Ágio	2.408	-	2.408	4.816
Resultado de Equivalência Patrimonial	8.170	(4.699)	20.153	23.624
Despesas de Amortização	(1.336)	(6.420)	(6.267)	(14.023)
Ajuste de Mercado	-	-	17	17
Valor Contábil dos Investimentos em 30 de junho de 2017	147.299	111.428	491.215	749.942
Valor Contábil dos Investimentos em 31 de dezembro de 2015	27.754	453.976	481.730	1.163.460
Aquisição - Olé Consignado	112.734	-	112.734	225.468
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.422)	(5.268)	(8.690)	(17.380)
Despesas de Amortização de Ágio	(4.195)	(6.579)	(10.774)	(21.548)
Ajuste de Mercado	-	(64)	(64)	(128)
Valor Contábil dos Investimentos em 30 de junho de 2016	132.871	442.065	574.936	1.149.872

11. Imobilizado de Uso

	30/06/2017		30/06/2016	
	Custo	Depreciação Residual	Custo	Depreciação Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	10.724	(7.763)	2.961	2.926
Sistemas de Segurança e Comunicações	2.863	(2.827)	36	16
Sistemas de Processamento de Dados	3.795	(3.795)	-	-
Beneficiárias em Imóveis de Terceiros	56.662	(37.617)	19.045	22.435
Outras	2.096	(2.095)	1	572
Total	76.140	(54.097)	22.043	25.949

12. Intangível

	30/06/2017		30/06/2016	
	Custo	Depreciação Residual	Custo	Depreciação Residual
Aquisição e Desenvolvimento de Lógicas	139.753	(103.529)	36.224	47.724
Outros Ativos Intangíveis	6.192	(5.946)	246	1.246
Total	145.945	(109.475)	36.470	48.970

13. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2017		30/06/2016	
	Saldo em 31/12/2016	Constituição/Realização	Saldo em 30/06/2017	Constituição/Realização
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	143.839	79.497	143.839	79.497
Provisão para Tributos Diferidos	27.634	462	27.634	462
Impostos e Contribuições a Pagar	28.626	25.102	28.626	25.102
Total	200.099	105.061	200.099	105.061
Circulante	177.499	105.061	177.499	105.061
Longo Prazo	22.603	-	22.603	-

a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	30/06/2017		30/06/2016	
	Saldo em 31/12/2016	Constituição/Realização	Saldo em 30/06/2017	Constituição/Realização
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda	15.904	11.420	27.324	27.324
Mais Valia dos Intangíveis da Super (Nota 10)	385	(75)	310	(75)
Total	16.289	11.345	27.634	27.249
Saldo em 31/12/2015	537	(75)	462	(75)
Mais Valia dos Intangíveis da Super (Nota 10)	57	(75)	462	(75)
Total	594	(150)	924	(150)

b) Expectativa de Realização dos Passivos Fiscais Diferidos

Ano	30/06/2017			30/06/2016			
	Diferenças Temporárias	IRPJ	CSLL	Total	Diferenças Temporárias	IRPJ	CSLL
2017	1.266	1.009	241	2.516	1.266	1.009	241
2018	2.532	2.018	481	5.031	2.532	2.018	481
2019	2.532	1.514	481	4.527	2.532	1.514	481
2020	2.500	1.497	481	4.478	2.500	1.497	481
2021	2.467	1.480	481	4.428	2.467	1.480	481
2022 a 2024	3.704	2.222	721	6.647	3.704	2.222	721
2025 a 2026	3	2	-	5	3	2	-
2027 a 2029	1	-	-	1	1	-	-
Total	15.005	9.743	2.886	27.634	15.005	9.743	2.886

14. Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2017	30/06/2016
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais (Nota 15.b)	1.228.859	1.126.059
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 15.b)	317.933	174.902
Provisão para Pagamentos a Efetuar	-	-
Despesas de Pessoal	46.375	49.218
Despesas Administrativas	480	349
Outros Pagamentos	11.922	9.105
Fornecedores ⁽¹⁾	614.339	448.700
Taxa de Equalização - Subsídio da Rede ⁽²⁾	66.491	109.509
Débitos de Veículos Arrendados - Leilão	16.405	17.419
Valores a Pagar Sociedades Ligadas	830	801
Outras	9.645	8.921
Total	2.313.279	1.944.983
Circulante	871.137	770.436
Longo Prazo		

DIRETORIA

Diretor Presidente
Conrado Engel

Diretores Executivos

André de Carvalho Novaes
Antonio Pardo de Santayana Montes

Gustavo Andres
Nilton Sergio Silveira Carvalho

Amancio Acúrcio Gouveia
Angel Santodomingo Martel

Contador

José Eduardo Fernandes - CRC SP-269858/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas

Aymoré Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimentos S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de agosto de 2017.